

Mundos em colisão: das guerras culturais às zonas críticas

Colliding worlds: from cultural wars to critical zones

Moysés Pinto Neto

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Luterana do Brasil. Doutor em Filosofia pela PUCRS com estágio-sanduíche no CRMEP (Centre for Research in Modern European Philosophy), Kingston, Inglaterra. Atualmente pesquisa na área de política especulativa, definida como a interface entre os problemas levantados pela virada ontológica na filosofia e suas consequências políticas, os imaginários futuristas e as consequências para a educação.

RESUMO

Busca-se realizar uma análise de conjuntura que relaciona as tensões brasileiras entre conservadorismo popular e movimentos libertários como um fenômeno material que opera circularmente mediante *feedbacks* negativos a partir do eixo trabalho/família/religião. A partir disso, propõe-se o conceito de *zona crítica* para pensar um espaço infraestrutural que produza encontros tensos e possa forjar novos arranjos de organização e solidariedade social.

PALAVRAS-CHAVE: *Batalhadores; Família; Religião; Guerras Culturais; Zona Crítica.*

ABSTRACT

Paper aims to make a conjunctural analysis that describe Brazilian tensions between popular conservatism and libertarian movements as a material phenomenon that operates circularly through negative feedbacks from the axis of work / family / religion. Based on that, I propose the concept of critical zone to think about an infrastructural space that produces tense encounters and can forge new arrangements of organization and social solidarity.

KEYWORDS: *Family; Religion; Cultural Wars; Critical Zone.*

Submetido em 31 de Maio de 2021

Aceito em 25 de Julho de 2021

Introdução

Mais de oitenta e cinco mil pessoas mobilizaram-se para assinar uma petição pública *online* que pede que o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) seja fechado por ter exibido a performance artística *La Bête*, ocorrida no 35º Panorama de Arte Brasileira, em 26 setembro de 2017. Segundo informações disponibilizadas na petição, “várias crianças foram expostas a contato com um terceiro, um homem nu, durante a realização da exposição previamente marcada como inadequada para público menor de idade. Compreendendo que o Museu de Arte Moderna de São Paulo foi negligente no cumprimento da própria norma etária, pedimos que o Ministério Público acate o pedido para encerramento das atividades nesta instituição, a fim de preservar a integridade de outras crianças e adolescentes que possam, por conta da incapacidade administrativa do MAM, sofrer exposição indevida a esse tipo de conteúdo. Pedimos também ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar e demais órgãos responsáveis a entrada de procedimento processual contra a responsável que esteve com a criança durante a execução da ‘performance artística’ e a devida responsabilização penal aos responsáveis pelo MAM”¹.

O dado absolutamente chocante e surpreendente revela a dimensão que adquiriram as “guerras culturais” no Brasil. Não se trata do repúdio a uma peça específica, pois os demandantes requerem o fechamento do Museu, ou seja, o encerramento de suas atividades. O nível de radicalidade da demanda pode parecer incompreensível para quem desconhece o ambiente do universo *online* brasileiro entre 2014 e 2018, mas certamente não é inimaginável para quem acompanhou o crescimento do bolsonarismo e dos movimentos de matriz conservadora e fascista no mundo digital.

¹ O número de signatários atual é 87.589, até a data tal, a informação é de quando? mas, a petição online ainda está disponível para o recebimento de assinaturas. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=fechamentomam>. Acesso em:

A combinação entre a crise no governo petista de Dilma Rousseff e a ascensão de movimentos de viés liberal ou conservador, o crescimento de youtubers extremistas, a radicalização política entre o empresariado urbano e rural, a ininterrupta expansão de igrejas neopentecostais e os efeitos antipolíticos da Operação Lava-Jato, somados a acontecimentos específicos como o protesto contra a exposição Queermuseu, no Santander Cultural de Porto Alegre, e a greve dos caminhoneiros, impulsionaram um amplo movimento de restauração na sociedade brasileira próximo ao que teóricos norte-americanos chamam de *backlash* cultural.

Desde pelo menos 2017, são numerosos os estudos e as hipóteses sobre a ascensão do bolsonarismo como força que opera como *hub* desses muitos canais, baseados em metodologias diversas e oriundos de diferentes campos de estudo. O presente artigo faz uma análise de conjuntura, inspirada em parte nos trabalhos de Lawrence Grossberg, na qual se busca “juntar fragmentos e especular sobre suas conexões”, resistindo a “uma cultura acadêmica que celebra fragmentos e renuncia à especulação” (Grossberg, 1992, p. 1)², assim como nos trabalhos de Stuart Hall (1988) sobre a ascensão do thatcherismo na Inglaterra no final da década de 1970. Busca-se fugir de pelo menos dois tipos de análise: uma excessivamente macropolítica, que coloca o bolsonarismo na conta da “elite do atraso” e de um conluio geopolítico com o intuito de enfraquecer o ciclo progressista latino-americano; outra, excessivamente focada nas *intenções* dos participantes, que teriam induzido – mediante uso de manuais do exército e panfletos políticos de extrema direita – o processo como um todo. Com isso, não se está simplesmente recusando que os fenômenos possam estar presentes, mas apenas analisando a questão sob um outro prisma – mais de baixo para cima.

Para tanto, o texto traça o seguinte itinerário: analisa, a partir das pesquisas de Jessé Souza (2012) e Juliano Spyer (2021), a relação entre família, trabalho e

² Para maiores detalhes sobre a análise conjuntural em Grossberg, ver Grossberg (1992; 2018).

religião no âmbito dos batalhadores e como isso pode ter contribuído para o bolsonarismo popular. A partir disso, noticia o entrelaço entre esse *ethos* específico e as contraculturas nascentes a partir das novas gerações dos movimentos libertários, tomando como referência pesquisas de Rosana Pinheiro Machado (2019), Esther Solano (2018), Isabela Kalil (2018), Jairo Nicolau (2020) e Letícia Cesarino (2019; 2020). Finalmente, procura especular sobre a formação de zonas críticas capazes de produzir infraestruturas para que organização e solidariedade possam acontecer, correlacionando a “perda de chão” do Antropoceno como as tensões emergentes no Brasil contemporâneo.

1. Batalhadores Brasileiros, Conservadorismo Cultural e Bolsonarismo Popular

O final da década de 2000 e início da década de 2010 registrou uma profusão de trabalhos acadêmicos acerca da emergência de uma nova classe cujo próprio nome foi colocado em disputa. Chamada por alguns, de modo mais minimalista, de “classe C”, também foi designada como “precariado” (Braga, 2012), “batalhadores” (Souza, 2012), “nova classe trabalhadora” (Pochmann, 2015), “pobres” (Cocco, 2013) e “nova classe média” (Néri, 2011). Ela se revelava a classe ascendente pelas políticas sociais do lulismo, como o bolsa-família e, sobretudo, a política de salário-mínimo, de microcrédito e da inclusão universitária. E, por seu caráter multifacetado e decisivo em termos populacionais, os trabalhos citados procuravam identificar os traços elementares e as virtualidades políticas abertas pelo novo segmento, que passava a ser o fiel da balança eleitoral.

No entanto, em 2018 há uma forte migração de parte dos emergentes para a candidatura simetricamente inversa, do pré-candidato Jair Bolsonaro, em detrimento do candidato herdeiro do lulismo, Fernando Haddad. Apesar deste contar com a simpatia do eleitorado mais pobre, o voto caminhou muito cedo – em

termos de renda – para o candidato da extrema direita (Pinheiro-Machado, 2019; Nicolau, 2020), tendo aquele vencido na faixa dos que recebiam entre 1,8 a 4,5 mil reais mensais (entre dois e cinco salários-mínimos) (Roque, 2018). É justamente a esse segmento que se referem as múltiplas definições citadas anteriormente.

Dentre as várias análises, destaca-se a de Jessé Souza (2012) por atacar diretamente o que chamava de percepção economicista, que eliminaria os aspectos culturais, compartilhada tanto entre liberais quanto entre marxistas. Segundo ele, essa cegueira “não vê o mais importante, “que é a transferência de valores imateriais na reprodução de classes sociais e de seus privilégios no tempo” (Souza, 2012, p. 23). O interessante é que não se postula ali um *conservadorismo de fundo*, tese mais antiga de André Singer, mas um *conservadorismo de superfície*, diretamente conectado com os elementos materiais que constituem a vida do batalhador.

Assim, em duas investigações – *A Ralé Brasileira e os Batalhadores Brasileiros* – Souza busca narrar uma “classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação” (Souza, 2012, p. 25; grifo do autor). Enquanto a ralé sofreria de inúmeros problemas decorrentes da desestruturação de vida, a emergência dos batalhadores seria reflexo do novo espírito do capitalismo – entendido a partir de Boltanski e Chiapello –, incluída a classe “como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégios das classes média e alta” (Souza, 2012, p. 26). A nova classe seria espécie de “elite da ralé”, que conseguiu “por intermédio de uma conjunção de fatores (...) internalizar e in-corporar disposições de crer e agir que lhe garantiram um novo lugar na dimensão produtivo do novo capitalismo brasileiro” (Souza, 2012, p. 48).

Souza considera que um dos elementos de distinção entre a ralé e os batalhadores está no “capital familiar”, capaz de motivar um extraordinário esforço que envolvia “cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho” (Souza, 2012, p. 50). A família da ralé, segundo Souza, é:

monoparental, com mudança frequente do membro masculino, enfrenta problemas graves de alcoolismo, de abuso sexual sistemático e é caracterizada por uma cisão que corta essa classe ao meio entre pobres honestos e pobres delinquentes. É a classe vítima por excelência do abandono social e político com que a sociedade brasileira tratou secularmente seus membros mais frágeis (Souza, 2012, p. 50).

O capital familiar teria como núcleo duro a ética do trabalho, fomentando disposições como disciplina, autocontrole, comportamento e pensamento prospectivo que lhe permitiria romper com o imediatismo do “pão incerto de cada dia” a que estaria sujeita (Souza, 2012). A partir disso, Souza e outros pesquisadores examinam, por exemplo, como a família e a religião são componentes essenciais para a manutenção motivacional que permite ao batalhador ascender socialmente, mesmo sob uma trajetória pedregosa e inconstante. Na família, por exemplo, a sexualidade ocupa um plano inferior à parceria que permite suportar as dificuldades mediante uma aliança interna. Examinando um dos casos, é afirmado:

Esse reconhecimento não é vivenciado na esfera erótica, em relações sexuais, mas no reconhecimento cotidiano da importância imprescindível do outro para sobrevivência do grupo e de cada um em particular, sendo muito mais próximo do amor fraterno, ou amor da renúncia. Amor baseado numa *ética católica cristã* vivido no companheirismo, na lealdade, na compreensão das limitações do outro, mais do que no expressivismo

tipicamente burguês, no qual a promessa do encontro e reconhecimento das fraquezas do outro é experienciada principalmente na esfera erótica (Souza, 2012, p. 136).

Do mesmo modo, a relação com o pentecostalismo aparece como espécie de introdução da própria figura divina na aliança que permite resistir às intempéries e não repetir o passado (desregulado e cheio de infortúnios), prospectando um futuro. A igreja opera como estabilizadora de disposições e expectativas, permitindo uma orientação no mundo espiritual capaz de confrontar a indeterminação do dia a dia. Assim,

(...) nosso argumento é que a vida religiosa do batalhador se singulariza em relação à da ralé pelo fato de que a socialização religiosa traz a crença no futuro para o contexto de interações face a face, para a identificação com exemplos presentes e tangíveis de futuro, de modo que essa identificação estrutura a forma prática de conduzir a vida diária, com a qual a pessoa, cobrada, incentivada e recompensada pelo conector do grupo de 'irmãos', atualiza uma disposição para investir no futuro, tornando expectativa pessoal aquilo que os 'outros significativos' com o qual interage esperam do seu comportamento (Souza, 2012, p. 320).

A hipótese de Souza é confirmada no estudo de Spyer (2021) sobre os pentecostais. O autor aponta diversas vezes ao longo do livro ser consenso entre pesquisadores que a religião possui a capacidade de “reduzir o impacto da desigualdade econômica, violência urbana, ausência de serviços governamentais básicos, associada ainda ao consumo de álcool e outras drogas ilícitas”, proporcionando uma nova rede de relacionamentos que permite ao pobre o acesso a espaços diversos, à integração social e mesmo ao emprego. A própria oposição entre o “mundo”, entendido como espaço do pecado, da violência, do vício ou da bebida, governado pelo Diabo, e o espaço da Igreja, protegido por Deus, indica o aspecto de resistência à desagregação imanente à adesão religiosa ao pentecostalismo (Spyer, 2020, p. 58-59).

Por isso, a conversão desse *conservadorismo estruturante* que produz um fundo pragmático para o campo de ação entre os batalhadores em “bolsonarismo popular” não é tão surpreendente. Apesar de diretamente beneficiados pelos programas sociais do lulismo, o esteio da ação sempre foi pautado no “trabalho duro” e no tripé da aliança comunitária, família nuclear e espiritualidade religiosa. Em um dos estudos sobre o bolsonarismo popular, Solano (2018) registra a seguinte fala, do que ele chamou de entrevistado A:

O que tem de gente preguiçosa, que só quer mamar das tetas do governo. E a gente sustenta eles, né? Isso com Bolsonaro ia acabar. Quer comer? Trabalhe. Mas, não. É mais fácil dar uma de coitadinho. Sou pobre, sou pobre. E aí pedindo bolsa, pedindo ajuda para tudo. E a gente se matando de trabalhar. É injusto (Solano, 2018, p. 18).

De certo modo, aparece na fala não somente uma espécie de mecanismo que se diferencia do igual, projetando-se sobre o diferente – algo próximo do que Maria Rita Kehl (2018) chama de “bovarismo” –, como também um alicerce pragmático que permite dizer “eu não dependo do governo, posso seguir em frente apenas com força de vontade”. Essa condição acabou revelando-se necessária para que as pessoas pudessem subsistir em um ambiente de crise, apesar, obviamente, da queda da própria “classe C” em termos econômicos no Brasil contemporâneo, segundo informes midiáticos.

2. A colisão epistêmico-material com os movimentos libertários

Entender o conservadorismo cultural dos batalhadores como um fenômeno pragmático permite escapar de impasses como a postulação de um fascismo congênito distribuído nas massas, embora não se possa mais ignorar a importância das análises nem sempre lembradas, como de Adorno, Reich, Marcuse, Debord,

Deleuze e Guattari, entre outros. Se é verdade que o *homem comum* é um embrião do “zé ninguém” a quem Reich repudiava, seria um impasse qualquer perspectiva libertária e democrática pautar-se por uma espécie de aristocratismo estético incapaz de se conectar justamente com os setores mais marginalizados da sociedade. Aliás, esta é precisamente a representação preferida pelos tradicionalistas da direita populista. A invenção do “marxismo cultural” consiste exatamente em contrastar o “velho marxismo stalinista” – que era autoritário e ruim, mas ainda tinha interesse pelo povo –, com o novo marxismo elitista e presunçoso gestado em Frankfurt e que hoje é compartilhado por controladores da sociedade como Hollywood, a grande mídia e a elite liberal. Benjamin Teitelbaum, por exemplo, narra o seguinte diálogo com o ideólogo Olavo de Carvalho:

O povo do Brasil – o povo pobre, o povo simples... Eles entendem as coisas muito melhor que os intelectuais. O povo brasileiro tem uma espécie de instinto da realidade”. Por quê? “Acredito que seja porque a vida deles é muito difícil. Eles não têm tempo para fantasiar.

Mas, depois, Olavo esclareceu que era mais do que o realismo que beneficiava essa população: “O povo brasileiro é muito cristão. As pessoas pobres. Abaixo da classe média. Alguns são católicos, alguns são protestantes, mas eles realmente acreditam em Jesus Cristo (Teitelbaum, 2020, p. 227).

Isso está longe de definir por completo o fenômeno do bolsonarismo e da nova extrema direita, uma vez que – como exploramos em outros textos (Pinto Neto, 2018 e 2020a) – há uma apropriação também das *contraculturas* por meio dos trolls digitais e do regime performativo de enunciação dos seus líderes, tanto no caso de Bolsonaro quanto no de Trump. Nem todas essas relações, porém, formam vasos comunicantes, talvez ficando restritas apenas à política de gênero hipermasculinista, que por diversas razões possui uma penetração generalizada nas periferias.

A tese do populismo autoritário – de que o antagonismo social está entre as “elites culturais globalistas” e o povo – não apenas poderia se encaixar, mas

realmente encaixou-se na conjuntura de 2018. A fabricação de memes como o “socialista de iPhone” e a “esquerda caviar” está diretamente conectada a esse sucesso (Cesarino, 2020). Não há como se esquecer, por exemplo, que a população evangélica é vista, como mostra Juliano Spyer, sob uma lente de preconceito de classe. Os componentes “família” e “religião” ocupam um lugar central nos dois imaginários culturais antagônicos (Nicolau, 2020; Lacerda, 2019; Almeida, 2019; Burity, 2018; Spyer, 2020; Kalil, 2018).

Os movimentos libertários mundiais, chamados por alguns de “políticas de identidade”, nasceram no bojo de 1968, com a luta pelos direitos civis e a busca de construção de novas formas de trabalho, sexualidade, linguagem e relação com o meio ambiente. Eles fazem parte de um conjunto experimental de práticas de vida que passaram por numerosas metamorfoses e capturas ao longo das décadas seguintes, chegando a constituir o que alguns denominavam de “pós-modernidade”. No Brasil, embora tenhamos braços fortes desses movimentos desde as décadas de 1960 e 1970, tendo eles próprios sido fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), é possível que o marco equivalente a 1968 seja a grande explosão de 2013. Nela, confluíram as lutas indígenas, urbanas, anarquistas, feministas, LGBT, entre outras, em um grande vórtex de indeterminação que acabou produzindo uma rachadura acontecimental na política brasileira e quebrando a *pax* lulista.

Logo após a explosão de 2013, a influência do que, *lato sensu*, poderíamos chamar por estudos culturais – incluídas temática de gênero, raça, orientação sexual, corpo, sexualidade, estudos pós e descoloniais, entre outros – no âmbito das políticas educacionais e, sobretudo, pela difusão nas plataformas digitais, acaba por produzir movimentos amplos como a ocupação das escolas e universidades, a Primavera Feminista, os rolezinhos, entre outros (Pinheiro, 2019; Campos, Medeiros e Moretto, 2016). Esses movimentos têm a mesma característica *experimental e libertária* que envolvia o universo de 1968, produzindo novas

leituras do corpo, da sexualidade, da família e da religião. “Seja marginal, seja herói”, dizia a famosa obra de Hélio Oiticica a sintetizar esse espírito. Ao mesmo tempo, tais movimentos eram, em boa parte, promovidos e protagonizados por jovens periféricos que se beneficiaram das políticas de inclusão do lulismo (Nicolau, 2020).

Contudo, assim como ocorre com o autonomismo de 2013, os resultados são ambíguos. O entrechoque entre a perspectiva libertária e o *chão pragmático* de orientação dos batalhadores é nítido. Aquilo que é o alicerce sólido, a aliança entre trabalho, família e religião, se desfaz nas perspectivas críticas da sociedade que transfiguram os papéis e questionam os valores burgueses (no sentido de Weber, que costumam irrigar a experiência cotidiana popular. Nisso, percebe-se um fogo cruzado em que indivíduos com expectativas diferentes estão no mesmo ambiente universitário ou escolar e acumulam-se rivalidades e ressentimentos. Pinheiro caracteriza esse ambiente da seguinte forma:

Em 2016, quando revisitamos os rolezeiros para ver, afinal, para qual lado ideológico eles tinha se virado, aprendi uma lição importante sobre as revoltas ambíguas. Uma grande parte dos jovens tinha se transformado em “bolsominions”, mas também havia outra parte que era radicalmente contrária a essa posição, aderindo a lutas contra o fascismo, a homofobia, o racismo e o machismo. E a lição foi precisamente entender que, nesses movimentos marcados pela descentralização, não teremos com certeza a radicalização do movimento “como um todo” (porque não existe um movimento como um todo), mas de sujeitos e redes em particular (Pinheiro 2019, p. 50)³.

Esse entrechoque está permeado por expectativas diferentes. Segundo Spyer, a principal expectativa dos pobres evangélicos é uma melhoria na condição de vida, podendo acessar empregos que o diploma superior torna viável – aqueles em que se “trabalha sentado”. No entanto, o autor observa que “famílias populares

³ A perspectiva qualitativa de Pinheiro é confirmada com base em dados quantitativos coletados por Nicolau, 2020, p. 66.

no Brasil historicamente preferem que seus filhos sejam educados no sentido prático e moral oferecido dentro da família”, visto que o estudo demasiado, com ambições intelectuais, inclusive produziria um afastamento da fé (2020, p. 118-120). Isso explica a adesão a pautas neoconservadoras contra a “doutrinação escolar” e o meme de que “quem educa é família, não a escola”, diferenciando professor e educador. A trajetória ascendente relacionada à internalização dos valores do trabalho e da disciplina, sustentada por uma religiosidade forte e pela família tradicional, choca-se com perspectivas críticas que *retiram o chão* pragmático de orientação vital. Por isso, a tendência é uma dissociação bovarista. Em entrevista concedida a Solano (2018), por exemplo, uma pessoa – o que o autor denominou de entrevistada M – afirma:

Meu filho tem Fies, mas ele merece. O governo não está dando de graça. Ele é que está ralando para estudar. Vou votar no PT por isso? Não sou pobre nem nordestina para votar no PT. Eu votei no Dória. Gostei dele. Essa coisa de ser trabalhador, de vencer na vida. É isso o que a gente quer. Não esmola do governo. Queremos que nos deixem trabalhar. (Solano, 2018, p.18).

Uma perspectiva como essa sobre o Fies possui pouca relação com o movimento de “desconstrução” que se imagina como efeito das políticas sociais. Não é o devir-pobre (Cocco, 2017) que acumula a experiência das lutas negra, indígena, feminista e LGBT numa composição multitudinária que confronta a captura do capitalismo sobre os corpos, mas uma elaboração pragmática, embora bovarista, que resiste a ser assimilada ao lugar da pobreza. Souza definia a ralé como “vítima por excelência do abandono social e político”, e é justamente a *condição de vítima* que este segmento gostaria de contrastar com uma experiência de resistência e luta (Spyer, 2020, p. 89). Obviamente, há um grande desencontro aqui, pois o que o batalhador conservador designa como luta o libertário irá designar como conformismo, e vice-versa (na forma da vagabundagem ou vitimismo).

Tabela 1:

	Trabalho	Cultura
Batalhadores conservadores	Resistência e Luta (+)	Vagabundagem/Vitimismo (-)
Movimentos libertários	Conformismo/moralismo (-)	Resistência e Luta (+)

Nisso, sem dúvida, podemos entender o contraste agudo entre diferentes ecossistemas das plataformas digitais cujas manifestações explodiram. Cita-se como exemplo as campanhas #meuamigosecreto e #meuprimeiroassedio, de orientação feminista e altamente mobilizadoras, e o protesto contra a exposição Queermuseu ou contra a vinda de Judith Butler ao Brasil, em 2017, de orientação conservadora e abastecida de pânico moral (Kalil, 2018). O que ambas têm em comum é justamente estarem em lados opostos desse quadro, possibilitando a formação de polaridades que funcionam mediante um jogo de *feedbacks* negativos – ou por cismogênese simétrica (Cesarino, 2019). No caso, de um lado encontra-se a família patriarcal tradicional, unida, entre os batalhadores – pelo tipo de aliança descrita por Souza (2012) e Spyer (2020) –, em seu repúdio à sexualidade livre, à “ideologia de gênero” e à “pedofilia”. Do outro, a luta contra os abusos promovidos pelos homens e pela cultura misógina socialmente estabelecida. Conforme a percepção estabelecida no quadro acima, as campanhas feministas serão vistas como vitimistas, enquanto as conservadoras serão vistas como moralistas.

A experiência protagonizada pelas novas gerações dos movimentos sociais, aliás, não raro era denominada como “desconstrução”, fazendo uso livre da expressão popularizada por Jacques Derrida. Entretanto, o que desconstruir quando não há nada construído? Se havia uma esperança de convergência entre a ascensão econômica e social dos emergentes por meio da organização ou do devir-pobre, a opção adotada parece ter sido outra: uma aventura “desterritorializada”

no liberalismo selvagem, mas rapidamente reterritorializada com o conservadorismo cultural. Buscando livrar-se do problema da precariedade estrutural, os batalhadores cindem o risco empreendedor com a reterritorialização edípica. Aquilo que o pensamento libertário busca ultrapassar, o dualismo entre cultura e economia, os batalhadores trataram de restaurar sob a forma do “liberal conservador”. Em vez de um devir-pobre, formou-se uma espécie de par estrutural antagonista à subjetivação esquerdista, funcionando por oposição relacional:

Tabela 2:

	Esquerda	Bolsonarismo
Economia	Conservadorismo/Segurança (-)	Progressismo/Risco (+)
Política/Cultura	Progressismo/Risco (+)	Conservadorismo/Segurança (-)

Assim, na relação perspectivista entre o bolsonarismo popular e a esquerda, forma-se espécie de feedback negativo:

Tabela 3:

	Esquerda vista por si	Bolsonarismo visto por si	Esquerda vista pelo bolsonarismo	Bolsonarismo visto pela esquerda
Economia	Solidária (+)	Meritocrático (+)	Estatista/Paternalista (-)	Neoliberal (-)
Política/Cultura	Progressista (+)	Conservador (+)	Permissiva/Hipócrita /Vitimista (-)	Fascista (-)

Esta colisão também envolve as *epistemes* com as quais cada campo compreende o mundo. Como nota Cesarino (2019, 2020, 2021) em suas análises em torno ao populismo digital, existe um esforço para deslegitimação da imprensa profissional e dos especialistas entre esse campo. Talvez um dos elementos que possibilita e propulsiona a vulnerabilidade dos sujeitos que recebem a tempestade

de informação no *WhatsApp* bolsonarista seja exatamente o entrechoque na convivência das “pessoas comuns” com grupos similares que se integraram, por exemplo, no circuito universitário ou nos movimentos sociais. Nesse caso, mobiliza-se o ressentimento como reação. Talvez aqui seja possível uma hipótese acerca do uso da expressão “lacrar”, inicialmente tida como positiva e associada a um uso de recursos teóricos para destruir a perspectiva do adversário, e mais tarde relacionada com o uso exagerado do recurso, o que estaria tornando o diálogo excessivamente pautado por parâmetros muito distantes do senso comum. A deslegitimação pelo populismo digital, associada à crise no sistema de peritos (Cesarino, 2021), levaria à criação de uma *episteme* paralela contra a humilhação de ser “lacrado”. Um modo exemplificativo de testar a hipótese é pensar no impacto do feminismo sobre as gerações mais jovens (Campos, Medeiros e Moretto, 2016) e a resposta ressentida aderente ao “mito” hipermasculino Bolsonaro entre os meninos, documentada qualitativa (Pinheiro, 2019) e quantitativamente (Nicolau, 2020).

Tabela 4:

Esquerda vista por si	Bolsonarismo visto por si	Esquerda vista pelo bolsonarismo	Bolsonarismo visto pela esquerda
Esclarecida/ Progressista (+)	Realista/Popular (+)	Idealista/Pervertida (-)	Conformista/Puritan a (-)
Crítica/ Desconstruída (+)	Conservador/ Pragmático (+)	Hipócrita/Vitimista (-)	Fascista (-)

Bolsonaro aparece então como uma solda que permite conter o duplo impulso de desagregação que é, de um lado, levado pela crítica que deseja transformar o presente, chocando com seu outro, e as próprias campanhas digitais baseadas em pânico moral que produzem o desejo de reorganização por ordem e

segurança (Cesarino, 2019, 2021; Pinto Neto e Cipriani, 2021). Forma-se outra *episteme*, mais básica e com suspeita diante de toda e qualquer mediação, na qual a tríade da experiência pessoal (*eu-pistemologia*), elos causais ocultos e o antagonismo amigo-inimigo ocupam o espaço central (Cesarino, 2021). Assim, por mimese inversa, cria-se uma cultura de participação que confronta o *mainstream* e ao mesmo tempo confirma a experiência prática do sujeito, baseada na ética do trabalho duro e no trinômio trabalho-família-religião.

3. Chão Pragmático e Zonas Críticas

Mas o que afinal é a *cultura* na qual se lutam as guerras culturais? Poderíamos pensar a cultura como efeito da bifurcação moderna com a natureza que, como técnica progressista, tende a produzir o efeito de *desnaturalização* como seu principal ponto. O uso de palavras como “libertação” ou “emancipação” como produtos dessas lutas não são coincidências, pois envolvem o contraste entre natureza (dado) e cultura (construído) espelhado ainda sob a constituição moderna (Latour, 1994). Elas invocam o efeito de ampliação do espaço de atuação do humano diante do natural, ressaltando o caráter *construído* das formas sociais. Por isso, o sentido bruto de “desconstrução” opera como espécie de libertação da convenção (do privilégio), possibilitando uma abertura que reconfigura a sociedade. É como se a consciência da artificialidade das construções sociais (“isto é apenas cultural!”) fosse a válvula para produzir as mudanças mesmas, na medida em que não se estaria preso ao *status quo*.

Segundo Stuart Hall (1997) “a ‘virada cultural’ iniciou uma revolução de atitudes em relação à linguagem”, colocando o foco da leitura do fenômeno social no significado. Hall afirma que “o significado surge não das coisas em si – a ‘realidade’ – mas a partir dos jogos de linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas”. Portanto, a base sobre a qual se constrói, por

exemplo, as ditas “políticas de identidade”, está focada no significado e nas representações sociais que são relacionadas com objetos reais do mundo. Mesmo “sob rasura”, ou seja, de modo não essencialista, a identidade “é um conceito estratégico e posicional” sujeito a uma historicidade radical que emerge no interior dos jogos de poder. É nesse campo intersubjetivo, lido a partir de um encontro entre fenomenologia, Wittgenstein e Foucault, que aconteceriam as interações sociais. Isso passa, de certo modo, a dar um papel hiperbólico para a linguagem e inflacionar essa dimensão, produzindo como efeito involuntário o *backlash* do “politicamente correto”, modo pejorativo pelo qual os conservadores se referem ao encadeamento entre lutas dentro da linguagem e movimentos sociais libertários – e que inclusive serve como braço alternativo no qual se inverte a relação entre conservador e libertário (Nagle, 2017). Assim, a “virada cultural” de Hall parece caminhar lado a lado com a ideia de “pós-modernismo” que, embora difusa e em geral usada de forma acusatória, parece colocar o discurso como elemento primordial sobre o qual recai a política, produzindo um efeito de sutura entre linguagem e lutas sociais.

Sob esse ponto de vista, não é surpreendente que o pós-modernismo seja criticável como ambiente cultural para o florescimento do “neoliberalismo progressista” por teóricos como Slavoj Žižek (2017) ou Nancy Fraser (2018). De fato, se a luta política for reduzida ao universo do significado, aderindo a uma inflação humanista da linguagem que põe em suspenso os elementos materiais, a captura pelo neoliberalismo transformando grandes bancos em defensores da causa feminista, por exemplo, fica simples. Se o conceito de cultura é atravessado como um fenômeno da linguagem, ele precisa passar pelo mesmo tipo de crítica materialista que a “virada ontológica” ou “virada especulativa” vem produzindo sobre diversos campos, em especial a antropologia e a filosofia.

Asad Haider (2018), criticando o culturalismo excessivo das políticas de identidade, introduz um componente materialista sobre a análise das identidades:

o processo *construtivo* da posição social do agente deve estar abrangido na configuração da luta, para além de um guarda-chuva genérico definido por marcadores específicos. Haider (2018, p. 12) chega a definir a política de identidades como *neutralização* dos movimentos contra a opressão racial, colocando-a como uma apropriação do legado emancipatório a serviço do avanço de elites políticas e econômicas. Talvez a ocasião mencionada no início deste texto, em que milhares de brasileiros se reúnem para pedir o fechamento de um museu, possa ser explicada por esta chave. Um dos vídeos que fez mais sucesso no ecossistema conservador foi o episódio “Dona Regina”, em que uma senhora aposentada é colocada em contraste com dois artistas da Rede Globo no programa de Fátima Bernardes – tido como ambiente progressista e *chic* – e eles reagem de modo esnobe às críticas da dona de casa. Ele contrasta as “elites culturais”, na combinação entre neoliberalismo e progressismo que a Rede Globo encampa (Pinto Neto, 2020b), e o conservadorismo popular, que teria nas “pessoas comuns” seu ponto de referência⁴. A reação contra a Globo, aliás, fortemente presente no bolsonarismo, é uma das pautas que pode ser considerada sequestrada pela extrema direita, já que em geral a crítica à emissora de comunicação era feita pela esquerda.

Em detrimento disso, a virada especulativa tem proposto o retorno às ontologias ou às metafísicas, livrando-se da gaiola de ferro da epistemologia que aprisiona o pensamento moderno em torno de seus próprios fundamentos, mais especificamente da linguagem. Um dos elementos que, sem dúvida, é responsável por isso, aliado a outros argumentos e perspectivas, é o que Stengers (2015) chama de *a intrusão de Gaia*, isto é, a invasão de um corpo estranho ao diálogo intra-humano que perturba o universo fechado aos outros seres da Terra, inclusive a própria Terra. Essa irrupção traumática de Gaia perfura de uma vez só o solilóquio humanista e a centralidade do significado, colocando em xeque a

⁴ Informação disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6198989/>. Acesso em:

perspectiva do mundo social como um mundo exclusivamente humano. Ao mesmo tempo – por isso, entre outras razões, o interesse na Antropologia –, possibilita que outros “regimes constitucionais”, para usar expressão inspirada em Latour (1994), organizem a díade natureza/cultura de modo distinto dos modernos. A linguagem humana, com isso, perde seu protagonismo de condição do sentido, pois são estabelecidas relações com outros seres vivos e não-vivos de múltiplos modos, tal como explorado, por exemplo, em Haraway (2016) ou Ailton Krenak (2019).

Pode parecer aleatório mencionar virada especulativa, Antropoceno e outros conceitos dirigidos à questão ecológica em uma análise de conjuntura na qual questões políticas são debatidas. No entanto, é esse mesmo o cenário em que vivemos. O problema é sempre confrontar o *realismo* que está na base da “ética do trabalho” que *orienta* – no sentido forte do termo – o mundo conservador com o realismo verdadeiramente consequente: a impossibilidade de nosso modelo de trabalho e consumo ser democratizado a todos com um único planeta Terra. O dado é *material* e incontornável, e mais uma vez ficamos presos na fórmula “é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo”. Como contrastar o *realismo capitalista* (Fisher, 2020), entendido como encurtamento do imaginário social e político que nega a possibilidade de outros arranjos (“*there is no alternative*”), com a dura afirmação de que objetivamente não há mundo para todos e, portanto, o mais realista é interromper o modo de vida que levamos?

A menção ao *chão pragmático* que foi feita ao longo do texto não é, portanto, aleatória. O *chão* remete à ligação com a terra, em contraste com o capitalismo desterritorializado a conectar elites mundiais que, como diz Bruno Latour, cogitam a construção de enclaves para se proteger do atrito ambiental, ou mesmo a evasão do planeta ou do corpo. “A impressão de vertigem, quase de pânico”, diz ele, “que atravessa toda política contemporânea deve-se ao fato de que o solo desaba sob os pés de todo mundo ao mesmo tempo” (Latour, 2020a, p. 17). O *pragmático*, por outro lado, remete à necessidade de respostas a interpelações concretas, e não

apenas abstrações que deixam em aberto os problemas materiais que estão diretamente conectados às formas de vida dos batalhadores. Alyne Costa descreve:

O problema na raiz do negacionismo não é a incapacidade de distinguir o verdadeiro do falso (problema que se resolveria por meio da pedagogia), mas sim o pavor suscitado pela possibilidade de perda do mundo, acrescido do aturdimento provocado pela traição dos que se resolveram se refugiar fora dele. Quando o solo comum (tanto no sentido material quanto figurado) se encontra ameaçado, é a condição mesma de possibilidade do político que arriscamos perder; é por isso que, como vimos, Latour defende que a política da pós-verdade é, na verdade, uma política da pós-política. A recomposição do solo comum, nesse sentido, passa também pela capacidade de entender as razões que levam as pessoas a se refugiarem no negacionismo e pela criação de oportunidades para estabelecer alianças com os abandonados pela globalização (Costa, 2020, p. 153).

Esse “solo comum” tem menos a ver com a perspectiva do Globo que com a ideia de *zona crítica*. Ele não se confunde com uma Totalidade e seus modelos holísticos (Latour, 2020b; Stengers, 2020). Zonas críticas são um curto espaço em que os seres vivos coexistem, em um espaço complexo, denso, dobrado e povoado de entidades e processos, movimento e transformação, instável e destrutível na mesma medida em que engendra a viabilidade da vida (Szerszynski, 2020), lugar “onde a vida e o clima evoluíram juntos” (Costa, 2020, p. 148). Segundo Latour, há uma retroalimentação dos seres na construção do seu ambiente movido por uma atividade geotraçante, já que “ninguém pode pertencer a um solo sem essa atividade de rastreamento do espaço, de demarcação de lotes e de traçamento de linhas” e “infelizmente, se há uma crise de representação, (...) é também porque estamos limitados à imaginação desses mapas bidimensionais, com fronteiras delimitadas, que são muito úteis, como sabemos, para ‘fazer a guerra’, mas muito insuficientes se você quiser encontrar seu caminho na geopolítica dos territórios em luta” (Latour, 2020b, p. 428). As zonas críticas carregam a ambiguidade produtiva da palavra *crítica* que poderia marcar, por extensão, o processo gerativo que se passa no interior dos coletivos cujos sujeitos estão entrelaçados e co-

implicados, sem que haja uma totalidade salvadora (uma Grande Dialética capaz de superar o conflito) ou uma forma constituída antes do próprio engendramento entre eles.

A pandemia do COVID-19, que teve início no final do ano de 2019, aliás, apenas aguçou estes conflitos. Uma das principais teses do ecossistema bolsonarista é exatamente esvaziar o sentido material do vírus, colocando em risco a população e transformando o conflito em uma guerra cultural em que a política comunicacional está em primeiro plano. Assim, enquanto para os progressistas estaria em jogo a ciência, a checagem de fatos, o comportamento moralmente correto, para os “negacionistas” estaria em jogo a sobrevivência, a hipocrisia do “fique em casa” e o trabalho duro. Simbólico, nesse sentido, que as principais manifestações no Dia do Trabalho de 2021 (1.5.2021) tenham sido entre bolsonaristas, no primeiro “dia do trabalho weberiano” brasileiro. A defesa frágil do isolamento social fica a cargo da Rede Globo e seu imaginário neoliberal progressista, que defende o “fique em casa” e afirma a todo momento a “crença na ciência” como contraponto à ignorância bruta dos negacionistas.

Em um estudo realizado no primeiro período da pandemia, que compreende o período de junho de 2020, Camila Rocha e Esther Solano (2020, p. 10) concluem que, em “paralelo ao medo da doença, aparece nas falas de forma recorrente o medo do desemprego, da piora da economia e da pauperização”. Segundo elas, “muitos entrevistados reconhecem que gostariam de ficar isolados, mas essa opção é inviável economicamente porque ‘os boletos continuam chegando’. A equação econômica/saúde parece não ter solução (...) dado que não conseguem avançar além deste aparente paradoxo”. Embora a maioria não subestime a doença, quase todos se posicionam contrariamente ao *lockdown*, seja pelos “boletos”, seja pelo medo de instauração do caos, como várias vezes sustentado pelo próprio presidente. Mais uma vez, a *reação defensiva* contra a situação de desagregação aparece, amplificando o binômio do risco econômico e

conservadorismo cultural. Desta vez, *é a própria vida* que é colocada em risco para sustentar um arranjo baseado na ética do trabalho que é naturalizado.

Assim, não é o sentido de interrupção ou desaceleração da “locomotiva”, a possibilidade de “reset” que aparece como alternativa quando se viu diante da ameaça do vírus, mas o contrário: *o Brasil não pode parar*, as coisas devem continuar andando, “os boletos continuam chegando” e a resposta a isso – *uma exigência também material* – é continuar trabalhando, “sobrevivendo no inferno”. Aliás, o batalhador é mesmo colocado diante de alternativas infernais: a ameaça de perder a vida por perder a renda, e com isso a possibilidade de sustento material seu e de sua família, ou a ameaça de perder a vida por ser contaminado por um vírus cujos efeitos são imprevisíveis.

4. Considerações finais: não há retorno, os mundos estão em colisão

Diante da aflição com o crescimento da extrema direita por meio do populismo autoritário, não raro surgem teses de que seria possível ou desejável uma *desculturalização* da política, passando-se a discutir “o que realmente importa”: cidadania (no caso dos liberais) ou classe (no dos marxistas ortodoxos). No entanto, trabalhos como de Silvia Federici (2017), Angela Davis (2016) e Asad Haider (2018), entre outros, demonstram a *articulação imanente* entre problemas “culturais” – por vezes reduzidos a “costumes” – e político-econômicos, influenciando inclusive leituras do fenômeno ecológico como a dos vários “cenos” – Antropoceno, Capitaloceno, Plantationceno, Chthuluceno – de Donna Haraway (2016).

As análises, que buscam “desculturalizar” a política, parecem desejar restaurar justamente o que – mesmo com vários problemas – essas lutas parecem ter ultrapassado: *a posição não-situada*. Seja na forma da justiça liberal, seja na esfera pública purificada da “má informação” de inspiração habermasiana, elas

parecem desejar escapar justamente da ferida foucaultiana que banha os estudos culturais e as “lutas identitárias”: a imanência das relações de poder. Não há ponto de retorno possível para uma política alheia às formas de vida, aos modos de existência, às linhas de subjetivação, aos processos de produção de subjetividade. Nem a abstração liberal, nem o dogmatismo marxista poderão substituir a entrada de antagonismos políticos reais.

Se estabelecermos uma linha de fuga das dicotomias que se retroalimentam em torno à pandemia – por exemplo, deixando de opor o “fique em casa” ao “sobrevivendo no inferno” – veremos que o que está em jogo na disputa entre os batalhadores não é apenas um progressismo “politicamente correto” e hipócrita nem a ignorância obtusa e fascista do negacionismo, mas uma profunda *des-solidarização* que estabelece uma espécie de estado de natureza hobbesiano como única condição possível de vínculos sociais. A falta de pontes não é apenas comunicacional: é *material*. E, para reagir a isso, seria necessário construir espaços, *zonas críticas*, a partir dos quais a solidariedade social se reorganizaria podendo diminuir o risco econômico para aumentar o risco da aventura cultural.

Acontece, como diz Gabriel Tupinambá (2017), que com a queda não apenas dos sindicatos, mas do modelo fordista em geral, houve uma expropriação da infraestrutura que permitia a organização dos trabalhadores, e que era espécie de “parasita do parasita” (os sindicatos parasitavam as fábricas que por sua vez parasitavam os trabalhadores), isto é, havia uma contiguidade entre os espaços de trabalho e os espaços de resistência. Agora, na nova forma do capitalismo, e em especial sua digitalização, faz-se necessário encontrar novos *chãos* a partir dos quais se articulam as lutas culturais e as político-econômicas. A igreja evangélica, como sabemos bem, ocupa um espaço de chão de encontro que ampara os sujeitos e permite confrontar as adversidades da vida. Spyer define várias vezes o universo evangélico, um dos principais conectores entre os batalhadores, como um espaço de encontros, escuta, fala e abertura de possibilidade. Mesmo a “pirâmide”

(Cesarino, 2021) ou o “tratamento precoce” (Viracasacas, 2021) não deixam de contar com um certo elemento de pertencimento. Contudo, também movimentos como a Teia dos Povos, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), os coletivos pelo auxílio-emergencial e a luta que se confunde com o próprio modo de existência entre povos indígenas, quilombolas e tradicionais traduzem a configuração de um novo chão de lutas.

Nem um tipo de pacificação por uma iluminação de consciência, nem uma pedagogia linear focada na linguagem, irão resolver o problema. Por um lado, o pensamento crítico sempre envolverá uma definição de fronteiras, uma negação do que existe e um estado de abertura ao novo. Por outro, a precariedade transforma o estado de crise em regra geral para aqueles que vivem na linha da sobrevivência, repetindo o próprio *status quo* vivido. Para os batalhadores, o salto para questionar dogmas e estruturas que o pensamento libertário exige envolve um salto no escuro que não se concatena com a vida acelerada e brutalmente complicada que precisam enfrentar. Para que esse pensamento tenha passagem, é preciso *infraestruturas materiais* capazes de produzir um espaço de diálogo que não envolva a desorientação vital. Esses espaços serão análogos às *zonas críticas* que configuram uma fina película sobre a qual a vida é possível, mas cuja sustentação não é dada em absoluto e nem para sempre, depende de um equilíbrio metaestável que é produzido pelos próprios agentes que estão nela envolvidos. Produzir zonas críticas que teçam pontes materiais entre o conservadorismo popular e os movimentos libertários é o que pode engendrar um *sistema de geração*, capaz de inventar novas formas de solidariedade e organização.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Ronaldo Romualdo Machado. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangélicos e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, p. 185-213, 2019.
- BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BURITY, Joanildo. *A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?* In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; MORETTO, Márcio. *Escolas de Lutas*. São Paulo: Veneta, 2016.
- CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, 62 (3), 530 – 557, 2019.
- CESARINO, Leticia. *Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil*. *Internet e Sociedade*, v. 1, n. 1, 2020.
- CESARINO, Leticia. *Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética*. *Ilha*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.
- COCCO, Giuseppe. *Nova classe média ou nova composição de classe?* *Lugar Comum*, n. 40, p. 35-52, 2013.
- COSTA, Alyne. *Aqui quem fala é da Terra*. Tradução Marcela Vieira. In: LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Classe e Raça*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRASER, Nancy. *Do neoliberalismo progressista a Trump - e além*. Tradução Paulo Neves. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 40, set./dez. 2018.
- FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo*. Tradução Rodrigo Gonsalves et al. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

- GROSSBERG, Lawrence. *We gotta get out of this place: popular conservatism and postmodern culture*. New York: Routledge, 1992.
- GROSSBERG, Lawrence. *Under the cover of chaos: Trump and the battle for American right*. London: PlutoPress, 2018.
- HAIDER, Asad. *Mistaken Identity: race and class in the age of Trump*. London: Verso, 2018.
- HALL, Stuart. *The hard road to renewal: Thatcherism and the crisis of the left*. London: Verso, 1988.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura. *Educação e Realidade*, v. 22, n.2, 1997.
- HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. London: Duke University Press, 2016.
- KALIL, Isabela. Notas sobre 'Os Fins da Democracia': etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos, *Ponto Urbe* [Online], 22 2018.
- KEHL, Maria Rita. *Bovarismo Brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LACERDA, Marina Basso. *O Novo Conservadorismo Brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Tradução Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.
- LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Tradução Maryalua Meyer. São Paulo: Ubu, 2020b.
- NAGLE, Angela. *Kill all Normies: online culture wars from 4Chan and Tumblr to Trump and the alt-right*. Washington: Zero Books, 2017.
- NÉRI, Marcelo. *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PINHEIRO, Rosana Machado. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO NETO, Moysés. *Do Populismo Reacionário ao Exterminismo: yuppies, neggers e trolls*. *Crise e Crítica*. v. 2, n. 2, 2018.

PINTO NETO, Moysés. *Política na era da visibilidade total: observações conjunturais a partir do episódio The Waldo Moment, de Black Mirror*. *Galáxias*, n. 45, dezembro 2020a.

PINTO NETO, Moysés. *A conjuntura e a nova direita no Brasil: um cenário em desconstrução*. MAIA FILHO, Mamede; REIS, Isaac (Org.). In: *Crise Política, Democracia e Rupturas*. Campinas: Pontes Editora, 2020b.

PINTO NETO, Moysés; CIPRIANI, Marcelli. *Populismo autoritário e bolsonarismo popular: caminhos comparados do punitivismo a partir de Stuart Hall*. *Revista de Criminologias Contemporâneas*, v. 1, p. 41-56, 2021.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. *Bolsonarismo em crise?* Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2020. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16277.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

ROQUE, Tatiana. A revolta da zona cinza. In: *#ELASIM*. São Paulo: n. 1, 2018.

SOLANO, Esther. *Crise da Democracia e extremismos de direita*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Análise n. 42, 2018.

SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. Tradução Eloísa Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. The Earth won't let itself be watched. In: *Critical Zones: The Science and Politics of Landing on Earth*. Ed. Latour & Weibel. Massachusetts: MIT, 2020.

SZERSZYNSKI, Bronislaw. The grammar of action in the critical zone. In: *Critical Zones: The Science and Politics of Landing on Earth*. Ed. Latour & Weibel. Massachusetts: MIT, 2020.

TEITELBAUM, Benjamin. *Guerra pela Eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Tradução Cynthia Costa. Campinas: UNICAMP, 2020.

TUPINAMBÁ, Gabriel. *The unemployable and the generic: rethinking the commons in the communist hypothesis*. PALGRAVE COMMUNICATIONS, 3:17073, 2017.

VIRACASACAS 223: Anatomia do Tratamento Precoce. Entrevistado: Victor Silva. Entrevistadores: Gabriel Divan e Carapanã. [S. l.]: Estopim Podcasts, 26 mai. 2021. Podcast. Disponível em: <https://viracasacas.com/2021/05/20/223-anatomia-do-tratamento-precoce-com-victor-silva/>. Acesso em: 26 maio 2021.

ZIZEK, Slavoj. *The Courage of Hopelessness: Chronicles of a Year of Acting Dangerously*. New York: Allen Lane, 2017.